

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10283.006360/93-77  
Recurso nº : 04.168  
Matéria : PIS FATURAMENTO - EX.: 1991  
Recorrente : J. FARIA & CIA. LTDA.  
Recorrida : DRF-MANAUS/AM  
Sessão de : 17 DE MARÇO DE 1998  
Acórdão nº : 105-12.258

**PIS FATURAMENTO - O resultado verificado no processo matriz  
será o aplicável ao procedimento reflexo.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso  
interposto por J. FARIA & CIA. LTDA.

**ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do  
relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.**

VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 22 ABR 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ CARLOS  
PASSUELLO, NILTON PÊSS, VICTOR WOLSZCZAK, CHARLES PEREIRA NUNES  
e IVO DE LIMA BARBOZA. Ausente, justificadamente, o Conselheiro JORGE  
PONSONI ANOROZO

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°** : 10283.006360/93-77  
**ACÓRDÃO N°** : 105-12.258

**RECURSO N°** : 04.168  
**RECORRENTE** : J. FARIA & CIA. LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

J. FARIA E CIA. LTDA., teve contra si o Auto de Infração de fls. 02, referente a Pis/Faturamento em razão de exigência efetuada no âmbito do IRPJ.

Impugnação tempestiva às fls. 13/15.

Decisão singular às fls. 20/21, a qual julgou procedente o Auto de Infração.

Irresignada, tempestivamente, a Autuada apresentou o seu recurso às fls. 23/26.

É o Relatório.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO Nº : 10283.006360/93-77  
ACÓRDÃO Nº : 105-12.258

**V O T O**

**CONSELHEIRO AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, RELATOR**

Recurso tempestivo, dele conheço.

Em que pese os diversos aspectos relativos a questão, tenho a mesma já se encontra resolvida, em face da manifestação do Plano do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 148754-2 Rio de Janeiro, em cujo julgamento foi declarada a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 1.449, de 1968.

Pelo exposto, em vista do enquadramento legal constante dos presentes autos, onde se inclui a Lei Complementar nº 07/70 e outros dispositivos, entre os quais os considerados inconstitucionais, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 17 de março de 1998.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO